



Caderno de Provas

CPJUS 32 – NS

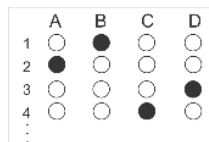
ASSISTENTE SOCIAL

**Editais Nº. 001/2023 –
Prefeitura Municipal de Junco do Seridó/PB**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	5 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA SUPERIOR

As questões de 01 a 06 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 01

“Eles não são mais índios...”

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

Por Maria Luiza Santos Soares,
jornalista e mestre em comunicação.

“Eles não são mais índios... eles perderam a sua cultura”. Esta frase recorrente no seio da sociedade brasileira faz parte de uma herança, cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Desde então, a ideia acerca dos povos indígenas vem sendo construída através de um olhar nostálgico, reservando-lhes um lugar que não cabe no espaço contemporâneo. Este estranhamento, no entanto, foi construído historicamente, desde os primeiros relatos dos colonizadores, passando pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX, aos dias de hoje.

Por isso ainda é comum a ironia diante de um indígena utilizando um automóvel do ano, um celular, ou um computador. Esta visão também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, mantendo fora da história tudo que estivesse relacionado com eles. Não é por nada que demarcação das terras indígenas atinja setores da elite com o mesmo discurso “muita terra para pouco índio”.

“Que índio é este, vestido com roupas de branco?” É o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos em Porto Alegre. De todos os absurdos que podem ser atribuídos a eles, este certamente é o mais cruel. Não são mais índios por quê? Por que perderam sua cultura? Por que não passeiam em trajes típicos neste paraíso tão almejado pelos conquistadores lá nos mil e quinhentos?

E o que significa ser indígena? Ao consideramos que, originariamente, os povos que aqui se desenvolveram estavam intimamente ligados ao meio ambiente, a crueldade aumenta ainda mais. No Rio Grande do Sul, cada etnia vivia em um determinado ecossistema. Enquanto alguns grupos habitavam os campos, Charruas e os Minuanos, os Guarani viviam na Mata Atlântica e os Kaingang, no Planalto Meridional – cada qual dispo de recursos naturais à sua volta. Mais de que um bioma em si, não se tratava apenas de uma questão de sustentabilidade material. Existia uma raiz cultural na relação com o espaço que ocupavam. Eles desconheciam a terra como propriedade privada. Seu valor não era o do mercado. Para os povos originários, a terra tem um caráter místico e cosmológico, por isso nenhum lugar é igual a outro. Pela mesma razão, estão reunidos hoje em Brasília no Acampamento Terra Livre. Querem suas terras ancestrais e o direito de continuarem sendo indígenas, preconizado pela Constituição brasileira – Aliás, direito ainda hoje questionado pelas elites conservadoras e seu governo despótico, interessados no que há acima e abaixo das terras indígenas.

A dita “perda da cultura”, portanto, está ligada à invasão de suas terras. Como realizar todos os rituais das diferentes etnias sem os elementos da natureza que deram origem às suas crenças e costumes? Por isso fica difícil entender por que, no Rio Grande do Sul, estado onde prevalecem culturas estrangeiras preservadas até hoje, não se respeita a cultura originária. Talvez, no fundo, seja mesmo uma profunda dificuldade de uns se colocarem no lugar de outros.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, que “a diversidade deve ser salva”, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores. Ao valorizar somente seu passado, repete-se o mesmo equívoco: o de estacionar nosso imaginário naquele tempo passado, fixado na ideia de preservação de uma cultura, como se ela fosse inexorável. Tudo muda e tudo flui, como bem nos ensinou Heráclito.

Darcy Ribeiro em “O índio e a civilização” (1970) mostrou que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira os levou de uma condição de índios-tribais à de índios genéricos. Portanto, não é por nada que o preconceito persiste – há 308 etnias no Brasil atual, sendo que, no Rio Grande do Sul, além dos Guarani e dos Kaingang, ainda estão os remanescentes dos Xoklen e dos Charrua. Segundo ele, o avanço sobre os territórios indígenas era quase impossível frente à discriminação racial e os interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país.

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da “civilização” sobre suas terras. Foi por ela que os povos indígenas foram usurpados de seu modo de vida tradicional. Foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar. No entanto, o “eles não são mais índios” persiste no imaginário.

Sedimentada numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de reger as normas para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de linhagem imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

Em 1680, a coroa Portuguesa concede às missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos era o mesmo que torná-los vassallos do Rei de Portugal. Embora não constasse no Regimento, o extermínio de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, através da transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja.

Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Os indígenas não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino previa a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibindo a língua geral nas escolas indígenas e incentivava o trabalho e o comércio entre eles. Desta forma, inaugurava-se a retórica da civilização, que vai perdurar até início do século XIX. O termo civilizado vem servindo de desculpa para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, e acabou virando sinônimo, inclusive para os indígenas, de homem branco.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades. Novos horizontes iluminaram a Antropologia Social. Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados por estes ares, que em termos mundiais, são determinados pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948. Ela vai pregar a autodeterminação dos povos indígenas, ao decretar que as terras ocupadas por eles devem suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, formando, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil.

As práticas do Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde da Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidades indígenas, tutelando-as legalmente, até a Constituição de 88. Além disso, o Estado brasileiro teve muita dificuldade de implementar políticas públicas fundadas na riqueza cultural destes povos, para se contrapor à ideia desenvolvimentista que não acolhe a diversidade. E o mais cruel ainda é perceber que muitas vezes os setores que negam a indianidade de nossos povos originários são os mesmo que querem plantar soja ou minerar em suas terras.

Então, cara pálida, quem não é mais índio?

Adaptado de <https://www.brasildefatores.com.br/2022/04/18/artigo-eles-nao-sao-mais-indios>
Acesso em: 01 abr. 2023.

01. O uso das aspas no título do texto indica:

- A) A presença de uma citação direta que revela o pensamento da autora sobre os povos originários.
- B) A presença de uma citação direta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários
- C) A presença de uma citação indireta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.
- D) A presença de uma ilha textual, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.

02. No jargão jornalístico, o olho é uma frase destacada geralmente pelo editor-chefe, que aparece sob o título ou no conjunto da página. É correto afirmar sobre o trecho:

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

- A) O olho coloca em destaque a ideia central do texto.
- B) O olho coloca em destaque o argumento mais forte do texto.
- C) O olho dá relevância à opinião dos próprios indígenas sobre questões identitárias.
- D) O olho dá relevância às opiniões de terceiros, refletindo o imaginário coletivo sobre o indígena.

03. Quanto à **intenção comunicativa**, o Texto 01 visa

- A) apresentar as dificuldades da vida indígena, face ao avanço da civilização sobre as suas terras.
- B) mostrar o protagonismo e os avanços indígenas desde a chegada dos colonizadores.
- C) discutir a demarcação de terra no Brasil com todos os setores econômicos envolvidos
- D) expor diferentes pontos de vista de autores sobre a cultura indígena, isentando a opinião da autora.

04. O gênero textual e a sequência textual dominante estão corretamente especificados na alternativa:

- A) Artigo com predominância da sequência expositiva.
- B) Artigo de opinião com predominância da sequência argumentativa.
- C) Crônica com predominância da sequência narrativa.
- D) Crônica com predominância da sequência argumentativa.

05. A respeito da oração subordinada destacada no 6º parágrafo do texto

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, **que “a diversidade deve ser salva”**, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores.

- A) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva apositiva.
- C) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

06. O trecho “No entanto, o [Ø] ‘eles não são mais índios’” (8º parágrafo) contém a elipse de uma palavra especificada na alternativa:

- A) Avanço.
- B) Indígena.
- C) Imaginário.
- D) Pensamento.

As questões 07 e 08 referem-se à charge abaixo.

TEXTO 02



Disponível em: <http://gilmaronline.blogspot.com/2018/04/charge-indigenas.html>
Acesso em 01. abr. 2023.

07. O uso do ponto final na primeira frase

- A) encerra uma afirmação não confirmada pela História.
- B) encerra uma declaração sobre o processo de mestiçagem na formação do Brasil.
- C) encerra uma declaração que põe em dúvida o processo de mestiçagem no Brasil.
- D) encerra com uma pausa breve para, em seguida, encadear um esclarecimento com elementos da enumeração.

08. Criada para ilustrar críticas relacionadas às notícias veiculadas em cada edição do jornal, a charge é um gênero textual que exige dos leitores conhecimento de mundo, por estar ligada ao contexto. Além disso, também requer conhecimento linguístico, para que sejam acessadas as informações implícitas.

Quanto à mensagem implícita na charge, é coerente afirmar que

- A) não há marcas de pressuposto na charge.
- B) o uso de pressupostos na segunda frase revela um problema econômico evidente no Brasil.
- C) na segunda frase, o trabalho com subentendido detalha objetivamente os três grupos da população brasileira envolvidos com a causa indígena.
- D) a generalização na primeira frase é desfeita, quando o personagem revela uma parcela da população que sofre violência direta, enquanto as demais não se percebem descendentes indígenas.

As questões 9 e 10 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 03

Quem é Hipólita Jacinta, a primeira mulher a fazer parte do Panteão da Inconfidência em Ouro Preto?

Por Christiano Borges,
jornalista do G1.

Hoje, cerca de 230 anos depois da Inconfidência Mineira, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo terá finalmente o reconhecimento merecido e negligenciado por livros, registros e documentos - não despropositadamente - que ignoraram a decisiva participação da destemida fazendeira mineira no movimento que queria libertar Minas Gerais da Coroa Portuguesa.

Segundo aponta a historiadora Heloísa Starling, **naquela época**, "Hipólita foi personagem de grande importância na Conjuração Mineira, ao colaborar para a comunicação entre os inconfidentes, além de financiar algumas das ações do movimento, já ela que detinha grande riqueza, e disponibilizar sua residência, a Fazenda Ponta do Morro, para encontros e reuniões dos mesmos".

Hipólita será a primeira mulher a ter uma lápide no Panteão do Inconfidentes, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais. Uma cerimônia de homenagem acontece **neste sábado** (29) no Museu da Inconfidência. O papel desempenhado por Hipólita na Conjuração Mineira, outro nome do movimento, também será debatido.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/29/quem-e-hipolita-jacinta-a-primeira-mulher-a-fazer-parte-do-panteao-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>
Acesso em: 29 abr. 2023.

09. Pensando sobre a temática abordada, a opção que contém uma afirmação correta sobre o texto é:

- A) O vocábulo **cerimônia** é um hiperônimo de **museu**.
- B) O uso do vocábulo **ela** (Linha 3 do segundo parágrafo) evidencia um caso de catáfora.
- C) Os substantivos **livros**, **registros** e **documentos** evidenciam o emprego de repetição lexical.
- D) As expressões **Inconfidência Mineira** e **Conjuração Mineira** são exemplos de emprego de sinonímia, já que mantêm equivalência de significado, dentro de um mesmo campo lexical.

10. Os termos destacados em negrito colaboram para o encadeamento das ideias, através de elementos coesivos. Marque a opção de resposta que contém a nomeação correta para o tipo utilizado no texto:

- A) Campo lexical.
- B) Sequenciadores de tempo.
- C) Sequenciadores de espaço.
- D) Ordenadores das informações textuais.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Se verde é azul, então, azul é vermelho. Se azul é vermelho, então, cinza é preto. Se cinza é preto, então, branco é azul. Ora azul não é branco, logo,

- A) cinza é preto e azul não é vermelho.
- B) azul é vermelho e verde é azul.
- C) cinza não é preto e verde não é azul.
- D) azul não é vermelho e verde é azul.

12. Considere as premissas a seguir:

- I. Nenhum veículo é veloz.
- II. Algumas motos são velozes.

A partir dessas premissas, conclui-se que

- A) algumas motos são veículos.
- B) todos os veículos são motos.
- C) nenhum veículo é moto.
- D) nenhuma moto é veículo.

13. A sequência abaixo relaciona letras e números, considerando um princípio lógico.

J	U	N	C	O
20	10,5	28	1,5	?

Seguindo o raciocínio dado, a soma dos números associados às letras da palavra JUNCO é igual a

- A) 121,5.
- B) 75.
- C) 126,5.
- D) 90.

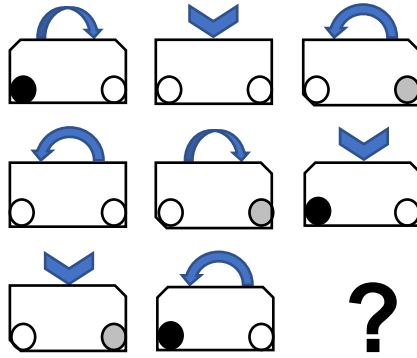
14. Considere as proposições abaixo.

- I. $(A \wedge B) \wedge \sim(A \vee B)$
- II. $(A \vee B) \rightarrow (A \wedge B)$
- III. $\sim A \wedge (A \wedge \sim B)$
- IV. $A \vee (B \wedge \sim B) \leftrightarrow A$

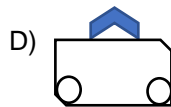
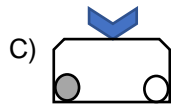
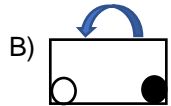
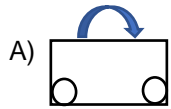
Nesta ordem, essas proposições são, respectivamente:

- A) contradição, tautologia, contingência, contingência.
- B) contradição, contingência, contradição, tautologia.
- C) contingência, contingência, tautologia, contradição.
- D) contingência, contradição, contradição, tautologia.

15. Observe abaixo a sequência que se organiza em nove figuras.



De acordo com a lógica aplicada na organização das figuras, a interrogação deve ser substituída por:



QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE SOCIAL

16. Quanto à atuação do(a) assistente social em equipe multiprofissional, é correto afirmar:
- A) a avaliação e discussão da situação é multiprofissional, como também a conclusão deve ser coletiva, não necessitando de manifestação individualizada do(a) assistente social.
 - B) é opcional ao assistente social inserir-se em equipe multiprofissional, pois não se tem nenhum documento da categoria que trate sobre isso.
 - C) essa atuação contribui para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social, pois busca compreender o indivíduo na sua dimensão de totalidade.
 - D) existem condições objetivas adequadas para o trabalho em equipe multiprofissional, em todos os espaços de trabalho do (a) assistente social. O problema é a falta de adesão dos profissionais.
17. Conforme regulamenta a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS – Resolução CNAS nº33/2012 -, os princípios organizativos do Sistema Único da Assistência Social são:
- A) descentralização político-administrativa, financiamento partilhado e territorialização.
 - B) dimensão proativa e reafirmação da assistência social como política de seguridade social.
 - C) informação, referência, escuta profissional qualificada e condição de recepção.
 - D) universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e equidade.
18. O local de atendimento do(a) assistente social ao público usuário deve ter condições adequadas para que o exercício profissional possa ser executado de forma qualificada ética e tecnicamente. Diante disso, é correto constatar:
- A) apesar de existir uma legislação que regulamenta sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, não existe um detalhamento de quais são as condições adequadas dos locais de trabalho, provocando, assim, uma indefinição do que seriam as condições mínimas a serem exigidas.
 - B) não existe nenhuma legislação que regulamenta as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, fazendo com que muitos espaços ocupacionais não possuam as mínimas condições que permitam um adequado atendimento individual e coletivo e que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.
 - C) tem-se a Resolução do CFESS, nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, que preconiza as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, mas não se tem previsto quem fiscaliza essas condições e quais as formas de disciplinar o cumprimento do estabelecido na resolução.
 - D) tem-se a Resolução do CFESS, nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que preconiza que o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, e especifica quais são as características físicas dos locais dos serviços prestados pelo Serviço Social.
19. No que se refere ao direito à saúde da pessoa idosa, deve haver o respeito à sua autonomia enquanto ela estiver com o domínio de suas faculdades mentais. Nesse sentido, a Lei garante à pessoa idosa o direito de
- A) participar de uma vida familiar e comunitária.
 - B) optar pelo tratamento de saúde que achar mais favorável.
 - C) ter uma atividade profissional condizente com as suas condições.
 - D) ter prioridade em filas e em qualquer atendimento nos serviços públicos.

20. Ao tratar do direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 19, estabelece um tempo máximo para a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, podendo ser excedido apenas se comprovada a necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. Esse tempo máximo estabelecido para a permanência em programa de acolhimento institucional é de
- A) 6 meses.
 - B) 12 meses.
 - C) 18 meses.
 - D) 24 meses.
21. A Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social, sofreu alteração decorrente da aprovação da Lei 12.317/10. Essa alteração foi referente à duração do trabalho do(a) assistente social, que passou a ser de 30 (trinta) horas semanais, sem redução salarial. Um grande desafio tem sido enfrentado por parte da categoria profissional para a implementação dessa alteração na carga horária de trabalho. Esse desafio se refere à:
- A) diminuição de tempo para a capacitação profissional.
 - B) multiplicação das demandas imediatas e espontâneas.
 - C) não implementação da lei em vários espaços ocupacionais.
 - D) redução de vagas no mercado de trabalho do Serviço Social.
22. A Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8.742/93 (com as alterações pela lei nº 12.435, de 2011), em seu artigo 5º, trata sobre a organização da assistência social, colocando como base as seguintes diretrizes:
- A) cofinanciamento, por meio de transferência automática, do aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social em âmbito nacional; atendimento, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, das ações assistenciais de caráter de emergência; realização do monitoramento e da avaliação da política de assistência social e assessoramento a Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento.
 - B) consolidação da gestão compartilhada: o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integração das redes pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; estabelecimento das responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.
 - C) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; e, primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - D) promoção da integração ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária; e garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

- 23.** Documento que estabelece os direitos, os deveres e as responsabilidades da (do) assistente social, regulamenta aspectos sobre as relações com os usuários, com as instituições empregadoras, com os outros(as) profissionais e com as outras entidades, organizações da sociedade civil e com a justiça. Esse documento é
- A) a Lei 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social).
 - B) a Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social).
 - C) a Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 (Código de Ética Profissional do/a assistente social).
 - D) a Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006 (Condições éticas e técnicas do exercício profissional).
- 24.** De acordo com análises contidas nos Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social, documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social, a intervenção profissional, no âmbito dos Centros de Referências de Assistência Social - CRAS, precisa enfrentar e superar duas grandes tendências. Essas tendências às quais o documento se refere são:
- A) restrição da atuação profissional aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, e transformação do poder público em mero repassador de recursos a organizações não governamentais.
 - B) privilegiamento dos atendimentos individuais em detrimento da atuação coletiva, e crescente participação nos espaços de discussão e formulação da política de assistência social.
 - C) incentivo à produtividade e aos aspectos quantitativos, e privilegiamento dos atendimentos coletivos em detrimento dos atendimentos individuais.
 - D) estímulo à participação dos indivíduos, grupos e famílias na gestão dos serviços, e transformação do poder público em mero repassador de recursos a organizações não governamentais.
- 25.** De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB/SUS, de 1996, a totalidade das ações e de serviços de atenção à saúde, no âmbito do SUS, deve ser desenvolvida em um conjunto de estabelecimentos, organizados em rede regionalizada e hierarquizada, e disciplinados segundo subsistemas, — voltado ao atendimento integral de sua própria população e inserido de forma indissociável no SUS. Essa rede regionalizada e hierarquizada é composta pelas abrangências do SUS:
- A) Geral, local e Universal.
 - B) local, Regional e Federal.
 - C) Municipal, Estadual e Regional.
 - D) Municipal, Estadual e Nacional.
- 26.** A Lei 14.423 de 2022 trouxe modificações/ atualizações para a Lei 10.741 de 2003, que se denominava de Estatuto do Idoso. Entre essas mudanças podemos citar a
- A) criação do direito ao Benefício de Prestação Continuada.
 - B) substituição do termo IDOSO pelo termo PESSOA IDOSA.
 - C) instituição da prioridade das pessoas idosas com mais de 75 anos.
 - D) priorização da convivência nas instituições de longa permanência – ILPS em detrimento da família.

27. Havendo condições inadequadas no local de trabalho do(a) assistente social, o primeiro procedimento a ser adotado por esse profissional I deve ser
- A) informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.
 - B) parar o atendimento ao público até que as condições adequadas do local de trabalho sejam atendidas.
 - C) informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.
 - D) reunir o público usuário dos serviços para que eles reivindiquem um melhor local para serem atendidos pelo(a) assistente social.
28. Os Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social, documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social, coloca que as competências específicas dos/as assistentes sociais, no âmbito da política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis. Essas dimensões colocadas no documento se referem
- A) a abordagens individuais, familiares ou grupais; à intervenção coletiva junto a movimentos sociais; à intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação; ao gerenciamento, planejamento e à execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade; à realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora; e à dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas.
 - B) à apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; à análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais; à compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.
 - C) à participação dos/as profissionais das diferentes categorias que integram as equipes dos CRAS e CREAS e dos/as usuários/as, nos Conselhos de Assistência Social, como forma de fortalecimento da contribuição das diferentes profissões para a construção do SUAS; à atuação conjunta na perspectiva da organização dos/as/ usuários/as, com vistas a viabilizar sua participação nos Conselhos, bem como intervir no sentido de tornar acessível à população as deliberações das Conferências e dos Conselhos de Assistência Social.
 - D) à supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; à universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; ao respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
29. Conforme regulamenta a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB/SUS, de 1996, as instâncias básicas para a viabilização dos propósitos integradores e harmonizados do SUS, os quais se constituem como os fóruns de negociação do SUS, são:
- A) Comissão Intergestores Bipartite -CIB, composta pelos gestores estadual e municipal; e Programação Pactuada e Integrada- PPI.
 - B) Comissão Intergestores Tripartite – CIT, composta pelos gestores municipal, estadual e federal; e Comissão Intergestores Bipartite -CIB, composta pelos gestores estadual e municipal.
 - C) Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS; e Comissão Intergestores Tripartite – CIT, composta pelos gestores municipal, estadual e federal;
 - D) Sistema Nacional de Auditoria – SNA; e Programa Desconcentrado de Ações de Vigilância Sanitária- PDAVS.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO SERIDÓ/PB
EDITAL Nº 001/2023

30. O trabalho do Serviço Social, na Educação, em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político da profissão, tem como principal objetivo e bandeira de luta
- A) contribuir para um clima escolar de paz e de manutenção da ordem.
 - B) contribuir para a concretização de uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade.
 - C) garantir o cumprimento do calendário letivo, não sendo a favor de paralizações de aulas.
 - D) trabalhar junto a equipe de profissionais da educação para a solução de comportamentos inadequados de estudantes.